



PODER LEGISLATIVO

DESPACHO FINAL  
Antigo de Lei Nº 014  
de 20 de 02 de 19  
ENVIADO AO  
Em 29 02/19 OF. Nº 005  
ASSINATURA

Fls. 01

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS - GO

## S E R V I Ç O   D E   P R O T O C O L O

DATA DA ENTRADA

12/02/19

EXERCÍCIO

2019

NR. DO PROCESSO

025/19

Interessado: PREFEITO MUNICIPAL

Localidade: Anápolis - Go

Data do Papel: 12 de fevereiro de 2019

CLASSIFICAÇÃO DO ASSUNTO

Projeto de Lei Complementar

CLASSIFICAÇÃO ALFABÉTICA

**ASSUNTO:** Dispõe sobre doação de áreas públicas ao Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis, e dá outras providências.



PREFEITURA DE ANÁPOLIS  
Processo Legislativo

Fls. 02

Ofício nº 021/2019-PLC

Anápolis, 12 de FEVEREIRO de 2019.

Excelentíssimo Senhor

Vereador **Leandro Ribeiro da Silva**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Anápolis

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação de Vossa Excelência e dignos pares, o incluso Projeto de Lei Complementar nº 006/2019 que, **“DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, apresentando, para tanto, as seguintes

**JUSTIFICATIVAS**

O Projeto de Lei Complementar ora submetido à apreciação desta Casa de Leis objetiva buscar autorização legislativa para este Poder Executivo reestabelecer a unificação dos fundos previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Anápolis, como forma de reduzir o déficit atuarial existente no Fundo Financeiro e diminuir o volume de aportes para os próximos anos.

A grave crise financeira suportada pelo Município de Anápolis, assim como nos demais municípios e estados, tem dificultado o tempestivo cumprimento das obrigações previdenciárias do Regime Próprio local, ameaçando a pontualidade da folha de pagamento dos servidores e beneficiários, bem como prejudicando os investimentos necessários ao bem-estar da população.

De acordo com o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA do exercício de 2019, realizado com a data base de 31/12/2018, o Plano Previdenciário possui superávit atuarial de R\$ 38.184.717,09 (trinta e oito milhões cento e oitenta e quatro mil setecentos e dezessete reais e nove centavos), enquanto o Plano Financeiro acumula um déficit atuarial de R\$ 7.148.364.405,80 (sete bilhões cento e quarenta e oito milhões trezentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e cinco reais e oitenta centavos).



**PREFEITURA DE ANÁPOLIS**  
Processo Legislativo

Fls. 03

Nessa esteira, considerando que o artigo 40, *caput*, da Constituição Federal, determina que os entes federados adotem políticas públicas hábeis ao equacionamento do déficit atuarial, após estudos técnicos ficou evidenciado que a reunificação dos Planos levaria a uma drástica redução do déficit, o qual reduziria ao valor de R\$ 2.390.272.544,78 (dois bilhões trezentos e noventa milhões duzentos e setenta e dois mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

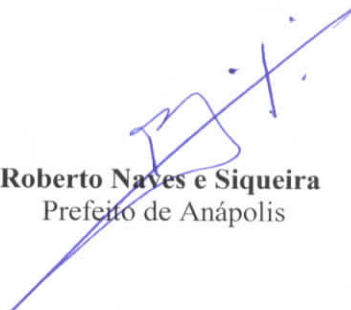
Associada a proposta de reunificação dos Planos, o Poder Executivo objetiva, também, buscar a capitalização do Regime de Previdência, doando áreas públicas já avaliadas em estudo atuarial promovido no exercício de 2017, a destinação de receitas proveniente da dívida ativa, bem como os rendimentos advindos da concessão do Terminal Rodoviário e de demais concessões municipais.

Saliente-se ainda que a proposta apresentada no Projeto de Lei traz grande vantagem financeira à Municipalidade, que passaria a dispor de 100% (cem por cento) das contribuições mensais vertidas pelos servidores e pelo ente para o custeio do Plano de Benefícios, diminuindo os valores a serem aportados pelo Poder Executivo em virtude das insuficiências do Plano Financeiro.

Por último, há de se ressaltar que a presente proposta foi submetida à análise dos Conselho Municipal de Previdência Social – COMAP, do Conselho Fiscal do ISSA e da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Município de Anápolis – AFAPEMA, em reunião conjunta realizada em 06/02/2019, havendo aprovação da maioria pela propositura do Projeto de Lei.

Assim, ante aos argumentos tecidos, resta indubitável a importância da aprovação do presente projeto de lei complementar, pelo que encaminho a Vossa Excelência para aprovação e dignos pares, **em caráter de urgência.**

Atenciosamente,

  
**Roberto Naves e Siqueira**  
Prefeito de Anápolis



PROTOCOLO Nº 025  
Data 12/02/19 09:00 Horas  
  
Serviço de Expediente



PREFEITURA DE ANÁPOLIS  
Processo Legislativo

Encarregado da Câmara Municipal  
Corintiano de Goda  
12.02.19  
Presidente

Fis. 04

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019**

**“Dispõe sobre doação de áreas públicas ao Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis, e dá outras providências”.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO DE ANÁPOLIS, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O Fundo Municipal de Previdência Social de Anápolis – PREVIAN, de natureza contábil e caráter permanente, fica restabelecido como o único fundo destinado ao custeio, na forma legal, de todas as despesas previdenciárias relativas aos servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais de Anápolis.

**Parágrafo único.** Fica reunificada a massa de segurados segregada por meio da Lei Complementar Municipal nº 265, de 19 de dezembro de 2011.

**Art. 2º** Caso as avaliações atuariais anuais identifiquem déficit atuarial no PREVIAN, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por Decreto, a implantação e alteração dos aportes financeiros necessários à cobertura deste déficit, observada a legislação e normatização federal aplicável.

**Art. 3º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao PREVIAN as seguintes áreas públicas:

I – parte de 105.757,23m<sup>2</sup> de terreno situado na Avenida Brasil Sul, Vila Esperança, registrado com a matrícula nº 47.876, com as seguintes metragens e confrontações: confrontando com a Avenida Brasil Sul: 31.00 + 69.70 + 76.95 + 108.00 + 211.60 metros; confrontando com Bairro São João: 635.00; confrontando com a BR-153: 375.00 + 121.75 + 115.30 + 174.15 + 157.00 + 69.30 + 94,20 metros; e, confrontando com o trevo de acesso ao DAIA-GOIÂNIA-BRASÍLIA-ANÁPOLIS: 33.20 metros;

II – área nº 01, situada na Fazenda Boa Vista, hoje localizada entre as Avenidas Xavier de Almeida, Brasil e Córrego das Antas, registrada com a matrícula 47.271, medindo 286,00 metros de largura na frente, confrontando com a Avenida Brasil; 190,00 metros de largura nos fundos, confrontando com a Avenida Xavier de Almeida 123,00 mais 17,00 metros de extensão do lado direito, na confrontação com a Igreja Mesquita; mais 77,85 metros mais 20,00 metros, na confrontação com a Escola Municipal de 1º Grau João Luiz de Oliveira; e mais 80,00 metros na confrontação com J. C. Ramos; e 344,00 mais 261,00 metros de extensão do lado esquerdo, confrontando com o Córrego das Antas, encerrando a área de 77.449,41 metros quadrados;

III – terreno no Bairro São Carlos, com área total de 5.057,82 m<sup>2</sup>, localizado na Avenida Dona Elvira;



**PREFEITURA DE ANÁPOLIS**

Processo Legislativo

Fls. 05

IV – Praça “A”, registrada com a matrícula 20.897, destinada ao Domínio Público Municipal, situado no loteamento denominado “Bairro Nova Vila Jayara, com área de 4.655,25 metros quadrados, sendo: 7,07 + 39,12 + 16,14 metros, confrontando com uma rua sem denominação; lado direito com 63,33 metros, confrontando com a Rua JK- 1 lado esquerdo com 14,00 + 39,19 + 62,03 metros, confrontando com a rua JK-2;

V – área reservada para Edifícios Públicos com 20.324,33 metros quadrados, situada no loteamento denominado Setor Residencial Pedro Ludovico, desta cidade, medindo 101.00 metros de largura na frente e fundos, por 206.27 metros de extensão de cada lado, confrontando por seus diversos lados com as Ruas Paulo Sergio Alves, Salomão Araújo de Andrade, com as quadras 16, 18 e 20 do mesmo loteamento e com o loteamento Setor Sul Jamil 2ª Etapa, registrada com a matrícula nº 20.956;

VI – área de 7.531,22 m², situado no Parque dos Pirineus, localizado nas Ruas PP 16, PP 17 e Avenida Colorado;

VII – imóvel localizado na Avenida Iracema esquina com Avenida Palmares, Parque Iracema, com área de 3.747,63 m²;

VIII – área de terreno denominada nº 01 (um), localizada no Bairro Boa Vista, Setor Norte, registrada com a matrícula nº 40.181, com as seguintes medidas e confrontações: 99,80 metros de largura na frente e no fundo, por 17,30 metros de extensão do lado direito e 19,30 metros de extensão do lado esquerdo, encerrando a área de 1.826,34 metros quadrados, confrontando na frente com a Avenida Brasil, no fundo com a Rua Espanha, à direita com a Rua Chile e à esquerda com a Rua Uruguai;

IX – terreno localizado no Conjunto Mirage, localizado nas Ruas 01, 02, 03, 04, 05 e 06, com área A.P.M.1 – 3.352,11 m²; A.P.M.2 – 2.578,90 m²; A.P.M.3 – 2.713,24 m²; A.P.M.4 – 1.856,00 m².

**Art. 4º** Ficam desafetados de uso comum do povo e/ou de uso especial os imóveis identificados no art. 3º desta Lei.

**Art. 5º** A efetivação da doação das áreas ocorrerá mediante Escritura Pública e o registro do título translativo no Registro de Imóveis, cujas despesas correrão por conta do Município de Anápolis, mediante recursos próprios.

**Parágrafo único.** Fica sob responsabilidade do Município de Anápolis o registro e a emissão das matrículas dos imóveis listados no art. 3º desta Lei.

**Art. 6º** Quaisquer ônus, restrições ou gravames de qualquer espécie supervenientes à escrituração e registro do bem, referentes a período anterior à lavratura destes documentos, serão de responsabilidade do Município de Anápolis.

**Art. 7º** Os bens imóveis doados terão como finalidade gerar recursos ao PREVIAN, ficando desde já assegurado ao ISSA, independentemente de nova autorização legislativa, o direito de utilizar a área para a exploração, gestão, alienação e monetização de ativos necessários à capitalização do Fundo a que se destina, seja em execução direta ou indireta,



**PREFEITURA DE ANÁPOLIS**

Processo Legislativo

Fls. 06

inclusive mediante Parceria Público-Privada, observados os procedimentos licitatórios pertinentes.

**Art. 8º** O Município de Anápolis destinará as receitas provenientes da concessão do Terminal Rodoviário de Anápolis ao PREVIAN para capitalização e manutenção do Fundo.

**Parágrafo único.** Fica ainda autorizado o Município de Anápolis a destinar outras receitas provenientes das concessões municipais ao PREVIAN para capitalização e manutenção do Fundo.

**Art. 9º** A alínea “c” do inciso II do artigo 7º da Lei Complementar nº 386, de 14 de agosto de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. ...

II - ...

c) capitalização do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em percentual de 100% (cem por cento) dos ativos sênior emitidos, excluídas as despesas de investimento.

**Art. 10.** O *caput* do artigo 10 da Lei Complementar nº 386, de 14 de agosto de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de créditos adicionais de até 100% (cem por cento) do patrimônio do FECIDATA para atender às finalidades previstas no art. 7º”.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, 12 de FEVEREIRO** de 2019.

**Roberto Naves e Siqueira**  
Prefeito de Anápolis



Ata da reunião conjunta realizada aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às quinze horas e quinze minutos, na sala de reuniões do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis – ISSA, situado na Rua Quinze de Dezembro, número seiscentos e quarenta e um, Centro, nesta cidade de Anápolis, Estado de Goiás, onde estão presentes representantes do ISSA, do Conselho Municipal de Previdência Social – COMAP, do Conselho Fiscal do ISSA, e da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Município de Anápolis – AFAPEMA, todos devidamente identificados e assinando a lista de presenças que faz parte integrante desta. Registra-se a presença da representante sindical do SINPMA, Fabiane Santos de Sousa. **PAUTA: situação financeira do RPPS e do Município de Anápolis; Estudo Atuarial apresentado pelo Município de Anápolis:** Inicia-se a reunião com a palavra o Presidente do ISSA, Rodolfo Valentini Costa Cavalcanti, o qual agradece o comparecimento de todos e diz que o tema da reunião é dar continuidade nos assuntos tratados na reunião conjunta ocorrida no mês de janeiro do corrente ano. Ele diz que tem tido grandes embates junto a Secretaria da Fazenda em razão de discussões pertinentes ao ISSA, vez que o Secretário entende que a solução para os problemas financeiros do ISSA é a majoração da alíquota contributiva. Ele afirma ainda que, após reunião com o Excelentíssimo Senhor Prefeito de Anápolis, foi informado que o Município não possui condições de efetuar os aportes do mês de fevereiro, o que levou a Autarquia a buscar medidas para resolução da questão junto ao atuário do Regime Próprio de Anápolis, Luiz Cláudio Kogut, o qual informou que na última avaliação atuarial promovida, com base de trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, o qual apurou que o superávit do Plano Previdenciário é de mais trinta e oito milhões de reais, após a migração de beneficiários entre os Planos, ocorrida em dois mil e dezoito. O Presidente do ISSA informa que o atuário apresentou a proposta de não majorar a alíquota contributiva, mas sim unificar os Fundos. O Diretor Jurídico diz que dois milhões de reais estão sendo depositados todos os meses no Plano Previdenciário, o que quebra o princípio da solidariedade, vez que não está sendo usado para pagar os segurados do Plano Financeiro. Ele diz que se unificar os Fundos o valor do déficit cairá de mais de sete bilhões de reais para o valor aproximado de dois bilhões de reais, devendo ser equacionado. A Conselheira Indira pergunta se a Secretaria de Previdência irá autorizar tal procedimento, vez que houve pressão em anos atrás para se fazer a segregação. A Conselheira Regina diz que o que está sendo proposto é a mesma coisa tentada na gestão passada, onde se gastaria o valor do Fundo Previdenciário em um ano e meio. O Presidente do ISSA diz que a proposta é diferente, vez que o Prefeito Roberto Naves está propondo na lei a doação das áreas avaliadas no estudo da IAUPE para o Regime Próprio, a cedência de cem por cento da dívida ativa ao ISSA, os valores provenientes da concessão do Terminal Rodoviário e de outras concessões municipais. A Conselheira Regina diz que leu matéria dizendo que a securitização da dívida ativa é irregular, ao que o Presidente do ISSA diz que a matéria já está no Congresso Nacional e deve ser aprovada este ano. O Presidente do ISSA reafirma que a proposta é diferente, ao que a Conselheira Márcia diz que após o estudo da IAUPE foi mencionado nas reuniões que a Secretaria de Previdência não tem autorizado a transferência de áreas aos regimes, por causa das despesas dos mesmos. O Presidente do ISSA diz que a situação é diferente, pois não está sendo proposta a compra de vidas, e sim a capitalização do Fundo, e diz que no projeto de lei está bem distinta a questão da área da Rodoviária e os valores decorrentes da concessão. A Conselheira Regina pergunta se o projeto de lei já foi avaliado pela Secretaria de Previdência, ao que o Presidente do ISSA diz que não, pois primeiro deve haver a aprovação por parte do Conselhos. A Conselheira Rosa de Fátima diz que na avaliação atuarial de dois mil e dezenove demonstra que há um superávit de trinta e oito milhões de reais, e que se unificar os Planos este valor poderá ser usado em conjunto com os imóveis que serão doados, não havendo prejuízo ao Regime Próprio. O Presidente do ISSA diz que ao unificar os Planos não vai haver utilização das reservas, mas sim das contribuições dos servidores, ao que o Diretor Jurídico do ISSA complementa que a reforma da previdência social também irá afetar no valor do déficit atuarial, e que fazendo esta alteração irá se garantir as próximas aposentadorias no prazo de quinze a

2019

Indira

Regina

Luiz Cláudio Kogut

De

Assinado

PM3

Assinado



vinde anos. O Presidente do ISSA diz que seu receio é que o Município desista de passar as áreas ao ISSA. A Conselheira Maria Rosa pergunta se fazendo a unificação resolverá o problema do mês de fevereiro, ao que o Diretor Jurídico diz que sim, pois as contribuições vertidas pelos servidores e pelo Ente são suficientes para a despesa. A Conselheira Márcia pergunta em qual dispositivo do projeto de lei consta que o valor do Plano Previdenciário não será utilizado, ao que o Presidente do ISSA diz que na unificação haverá a utilização dos valores, mas com a garantia de capitalização em virtude das áreas. O Diretor Jurídico diz que tudo o que foi pedido para o Prefeito foi concedido, quer seja, as áreas avaliadas no estudo, a concessão da Rodoviária e da Área Azul, a dívida ativa. A Conselheira Indiara diz que em época passada, quando era do Conselho Fiscal, foi dito em uma reunião que o valor da área azul não poderia ser destinado ao ISSA, ao que o Presidente do ISSA diz que a discussão foi superada, vez que firmou-se o entendimento que somente as multas de trânsito é que não podem ser repassadas. A Conselheira Regina diz que a alteração deve ser firmada em uma consultoria. O Presidente do ISSA diz que com a unificação dos fundos e as demais medidas a serem adotadas, não haverá qualquer prejuízo aos servidores e beneficiários, e atenderá o princípio da solidariedade. A Conselheira Rosa de Fátima sugere que no projeto de lei conste que na reunificação dos fundos se manteria o saldo dos investimentos e o plano de custeio seria único com contribuições dos servidores e do município, ao que o Diretor Jurídico diz que tal restrição irá engessar o Plano unificado. O Presidente do ISSA ressalta que o que se quer é garantir o pagamento de todos os beneficiários do Regime, inclusive os do Plano Financeiro, que é a grande massa de segurados e que estão próximos de se aposentar. A Conselheira Márcia pergunta qual tem sido o valor mensal dos aportes, ao que o Presidente diz que tem sido em média de dois milhões e meio a três milhões de reais. A Conselheira Márcia pergunta se as áreas a serem transferidas são viáveis, ao que o Presidente do ISSA diz que todas as áreas possuem viabilidade, e que foi pessoalmente escolher as áreas a serem avaliadas pela IAUPE. O Diretor Jurídico diz que a segregação de massas beneficia apenas aqueles vinculados ao Plano Previdenciário, deixando o restante dos segurados em situação difícil. O Presidente do ISSA diz que o que mais o incomoda é se ter dinheiro para pagar uma massa de segurados, enquanto a outra está em risco de não auferir suas rendas. A Conselheira Rosa de Fátima diz que no artigo oitavo do projeto de lei a redação deveria estar no presente, e que o parágrafo único não faz referência as concessões estando vago, ao que o Presidente do ISSA responde que ainda não foi feita a licitação para a concessão da Rodoviária, e que a redação da lei de forma mais genérica permite que o ISSA escolha as concessões mais vantajosas. A Conselheira Márcia diz que no decorrer do estudo foi dito que as áreas era a solução do déficit, e que depois se disse que não seriam mais vantajosas a transferência das áreas, e que agora o que se quer é impor que as áreas são novamente a solução do problema. A Conselheira Indiara diz que é favorável que a contribuição seja unificada, e não dividida em grupos. O Presidente do ISSA pede para constar em ata que as decisões de investimento nas áreas serão consultadas previamente aos Conselhos do ISSA. A Conselheira Regina diz que em reunião na Secretaria de Previdência foi dito que não é possível reunificar os fundos e desfazer a segregação de massas, ao que o Presidente do ISSA responde que houve alteração do entendimento com a nova direção da Secretaria de Previdência. A Conselheira Regina diz que o Município deverá prestar contas da unificação à Secretaria de Previdência, e que corre o risco da mesma não autorizar. O Presidente do ISSA diz que o projeto de lei é baseado em reunificação feita no Município de Maringá e em Goiânia, neste último houve a unificação em dois Planos, bem como a capitalização por meio de áreas, dívida ativa e majoração da alíquota. O Presidente da AFAPEMA pergunta se será feita alguma comissão para decidir sobre as áreas, ao que o Presidente do ISSA diz que já fez constar em ata que os Conselhos devem ser consultados. A Conselheira Márcia pergunta se o saldo de quase noventa milhões do Plano Previdenciário mais as contribuições unificadas garantiriam o pagamento dos benefícios por quanto tempo, ao que o Presidente do ISSA diz que a projeção é que garanta por mais vinte anos. O Presidente do ISSA pede para constar em ata que o senhor João Canedo concorda com os termos da poposta apresentada. Registra-se a saída do senhor



João Canedo às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. O Presidente do ISSA afirma que a proposta apresentada é excelente para os servidores, e que o Prefeito não está majorando as alíquotas. O Presidente do ISSA pergunta aos presentes se eles concordam com os termos do projeto de lei, ao que a Conselheira Regina diz que não possui subsídios para apresentar sua decisão. A Representante da AFAPEMA, senhora Ana Batista diz que concorda com a Conselheira Regina, devendo ser analisado mais a fundo a questão. A Conselheira Maria Rosa Campos pergunta se ao se fazer a unificação das massas e a doação das áreas o Município deixará de ser responsável pelo Regime Próprio, ao que o Presidente do ISSA diz que não, pois está na Constituição, ao que a senhora Maria Rosa diz que neste caso concorda com a proposta. A Conselheira Márcia sugere que seja reagendada uma nova reunião, daqui a dois dias, permitindo melhor análise. O Diretor Jurídico sugere que os Presidentes dos Conselhos, Sindicatos e Associação assinem a projeto de lei, para que o mesmo seja parte integrante da ata e seja remetido à Câmara. A Conselheira Regina diz que a questão não é a assinatura, mas sim a análise técnica da questão. Feita a contagem dos presentes, no total de doze, sete se manifestaram favoráveis ao projeto, a Conselheira Regina e a senhora Ana Batista de forma contrária e a Conselheira Márcia se absteve de votar. A Conselheira Márcia pede mais tempo para analisar a questão e diz que ultimamente todos os projetos de lei estão sendo colocados como caráter de urgência, não dando tempo de se analisar os fatores. O Presidente do ISSA diz que para atender a Conselheira será feita nova reunião amanhã, dia sete de fevereiro de dois mil e dezenove, às quinze horas, ficando aprovada a análise da matéria por aqueles que se manifestaram de forma favorável ao projeto de Lei. Lida e aprovada a presente ata, segue assinada pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do ISSA agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dezessete horas. Lida a presente ata a mesma é aprovada pelos presentes. Sendo o que dispunha a constar, eu, Vivian Barbosa Lorang, secretária *ad-hoc*, lavrei a presente ata, a qual lida e aprovada, segue devidamente assinada por mim e por todos os presentes, conforme lista de presenças anexa, a qual faz parte integrante desta para todos os efeitos legais.

*Handwritten signature/initials*

*Helene Maria Gomes Silva*

*REGINA MARIA BATISTA*

*Márcia A Gomes Abdala*

*Maria Rosa Campos Gomes*

*Lidiana Rocha de Brito*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*







PREFEITURA DE ANÁPOLIS  
Processo Legislativo

Fls. 11

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE DE DE 2019**

**“Dispõe sobre doação de áreas públicas ao Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis, e dá outras providências”.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO DE ANÁPOLIS, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O Fundo Municipal de Previdência Social de Anápolis – PREVIAN, de natureza contábil e caráter permanente, fica restabelecido como o único fundo destinado ao custeio, na forma legal, de todas as despesas previdenciárias relativas aos servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais de Anápolis.

**Parágrafo único.** Fica reunificada a massa de segurados segregada por meio da Lei Complementar Municipal nº 265, de 19 de dezembro de 2011.

**Art. 2º** Caso as avaliações atuariais anuais identifiquem déficit atuarial no PREVIAN, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por Decreto, a implantação e alteração dos aportes financeiros necessários à cobertura deste déficit, observada a legislação e normatização federal aplicável.

**Art. 3º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao PREVIAN as seguintes áreas públicas:

I – parte de 105.757,23m<sup>2</sup> de terreno situado na Avenida Brasil Sul, Vila Esperança, registrado com a matrícula nº 47.876, com as seguintes metragens e confrontações: confrontando com a Avenida Brasil Sul: 31.00 + 69.70 + 76.95 + 108.00 + 211.60 metros; confrontando com Bairro São João: 635.00; confrontando com a BR-153: 375.00 + 121.75 + 115.30 + 174.15 + 157.00 + 69.30 + 94,20 metros; e, confrontando com o trevo de acesso ao DAIA-GOIÂNIA-BRASÍLIA-ANÁPOLIS: 33.20 metros;

II – área nº 01, situada na Fazenda Boa Vista, hoje localizada entre as Avenidas Xavier de Almeida, Brasil e Córrego das Antas, registrada com a matrícula 47.271, medindo 286,00 metros de largura na frente, confrontando com a Avenida Brasil; 190,00 metros de largura nos fundos, confrontando com a Avenida Xavier de Almeida 123,00 mais 17,00 metros de extensão do lado direito, na confrontação com a Igreja Mesquita; mais 77,85 metros mais 20,00 metros, na confrontação com a Escola Municipal de 1º Grau João Luiz de Oliveira; e mais 80,00 metros na confrontação com J. C. Ramos; e 344,00 mais 261,00 metros de extensão do lado esquerdo, confrontando com o Córrego das Antas, encerrando a área de 77.449,41 metros quadrados;

III – terreno no Bairro São Carlos, com área total de 5.057,82 m<sup>2</sup>, localizado na Avenida Dona Elvira;



PREFEITURA DE ANÁPOLIS  
Processo Legislativo

Fls. 12

IV – Praça “A”, registrada com a matrícula 20.897, destinada ao Domínio Público Municipal, situado no loteamento denominado “Bairro Nova Vila Jayara, com área de 4.655,25 metros quadrados, sendo: 7,07 + 39,12 + 16,14 metros, confrontando com uma rua sem denominação; lado direito com 63,33 metros, confrontando com a Rua JK- 1 lado esquerdo com 14,00 + 39,19 + 62,03 metros, confrontando com a rua JK-2;

V – área reservada para Edifícios Públicos com 20.324,33 metros quadrados, situada no loteamento denominado Setor Residencial Pedro Ludovico, desta cidade, medindo 101.00 metros de largura na frente e fundos, por 206.27 metros de extensão de cada lado, confrontando por seus diversos lados com as Ruas Paulo Sergio Alves, Salomão Araújo de Andrade, com as quadras 16, 18 e 20 do mesmo loteamento e com o loteamento Setor Sul Jamil 2ª Etapa, registrada com a matrícula nº 20.956;

VI – área de 7.531,22 m<sup>2</sup>, situado no Parque dos Pirineus, localizado nas Ruas PP 16, PP 17 e Avenida Colorado;

VII – imóvel localizado na Avenida Iracema esquina com Avenida Palmares, Parque Iracema, com área de 3.747,63 m<sup>2</sup>;

VIII – área de terreno denominada nº 01 (um), localizada no Bairro Boa Vista, Setor Norte, registrada com a matrícula nº 40.181, com as seguintes medidas e confrontações: 99,80 metros de largura na frente e no fundo, por 17,30 metros de extensão do lado direito e 19,30 metros de extensão do lado esquerdo, encerrando a área de 1.826,34 metros quadrados, confrontando na frente com a Avenida Brasil, no fundo com a Rua Espanha, à direita com a Rua Chile e à esquerda com a Rua Uruguai;

IX – terreno localizado no Conjunto Mirage, localizado nas Ruas 01, 02, 03, 04, 05 e 06, com área A.P.M.1 – 3.352,11 m<sup>2</sup>; A.P.M.2 – 2.578,90 m<sup>2</sup>; A.P.M.3 – 2.713,24 m<sup>2</sup>; A.P.M.4 – 1.856,00 m<sup>2</sup>.

**Art. 4º** Ficam desafetados de uso comum do povo e/ou de uso especial os imóveis identificados no art. 3º desta Lei.

**Art. 5º** A efetivação da doação das áreas ocorrerá mediante Escritura Pública e o registro do título translativo no Registro de Imóveis, cujas despesas correrão por conta do Município de Anápolis, mediante recursos próprios.

**Parágrafo único.** Fica sob responsabilidade do Município de Anápolis o registro e a emissão das matrículas dos imóveis listados no art. 3º desta Lei.

**Art. 6º** Quaisquer ônus, restrições ou gravames de qualquer espécie supervenientes a escrituração e registro do bem, referentes a período anterior à lavratura destes documentos, serão de responsabilidade do Município de Anápolis.

**Art. 7º** Os bens imóveis doados terão como finalidade gerar recursos ao PREVIAN, ficando desde já assegurado ao ISSA, independentemente de nova autorização legislativa, o direito de utilizar a área para a exploração, gestão, alienação e monetização de ativos necessários à capitalização do Fundo a que se destina, seja em execução direta ou indireta,





PREFEITURA DE ANÁPOLIS  
Processo Legislativo

Fls. 13

inclusive mediante Parceria Público-Privada, observados os procedimentos licitatórios pertinentes.

**Art. 8º** O Município de Anápolis destinará as receitas provenientes da concessão do Terminal Rodoviário de Anápolis ao PREVIAN para capitalização e manutenção do Fundo.

**Parágrafo único.** Fica ainda autorizado o Município de Anápolis a destinar outras receitas provenientes das concessões municipais ao PREVIAN para capitalização e manutenção do Fundo.

**Art. 9º** A alínea “c” do inciso II do artigo 7º da Lei Complementar nº 386, de 14 de agosto de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. ...

II - ...


c) capitalização do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em percentual de 100% (cem por cento) dos ativos sênior emitidos, excluídas as despesas de investimento.

**Art. 10.** O *caput* do artigo 10 da Lei Complementar nº 386, de 14 de agosto de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de créditos adicionais de até 100% (cem por cento) do patrimônio do FECIDATA para atender às finalidades previstas no art. 7º”.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, de de 2019.

  
**Roberto Naves e Siqueira**  
Prefeito de Anápolis



#### 4. PROPOSTA DE EXTINÇÃO DA SEGREGAÇÃO

Nesta alternativa os fundos previdenciário e financeiro seriam reunidos em apenas um, chamado **Fundo Único Previdenciário (FUP)**, que manteria o saldo dos investimentos e o plano de custeio seria único com contribuições de 11% dos servidores e 22% do município. O resultado atuarial deste novo fundo será calculado com a taxa de juros e desconto atuarial de 6% ao ano, o que reduz sensivelmente as valor atual dos benefícios e das receitas estimadas ao fundo financeiro.

Tabela 11. Distribuição Proposta de Servidores Ativos e Inativos:

Data-Base: 31/12/2018

Item	Ativos	Inativos	Total
Fundo Único Previdenciário	7.150	2.868	10.018
<i>Folha Total (R\$)</i>	<i>23.701.737,12</i>	<i>11.126.508,35</i>	<i>34.828.245,47</i>

Tabela 12. Valor Atual das Obrigações do Fundo Único Previdenciário:

Data-Base: 31/12/2018

BENEFÍCIOS	Custo Geração Atual (em R\$)	Custo Total (% da Folha)	Custo Normal (% da Folha)
1) Aposentadorias	1.219.748.526,46	50,57%	
2) Pensão por Morte	158.954.073,98	6,59%	
3) Reversão em Pensão	120.199.350,85	4,98%	
<b>4) Benefícios Concedidos (1+2+3)</b>	<b>1.498.901.951,29</b>	<b>62,14%</b>	
5) Aposentadoria por Idade e Tempo	491.220.178,54	20,37%	4,88%
6) Aposentadoria do Professor	819.635.809,41	33,98%	10,57%
7) Aposentadoria por Idade	407.767.472,91	16,91%	4,75%
8) Reversão em Pensão	142.314.722,22	5,90%	1,67%
9) Pensão por Morte de Ativo	74.280.024,21	3,08%	1,70%
10) Pensão por Morte de Inválido	4.024.293,34	0,17%	0,09%
11) Aposentadoria por Invalidez	57.346.481,68	2,38%	1,27%
12) Auxílio-doença	22.350.219,33	0,93%	0,53%
13) Salário-maternidade	6.521.013,02	0,27%	0,19%
14) Salário-família	895.416,69	0,04%	0,03%
<b>15) Benefícios a Conceder (5+..+14)</b>	<b>2.026.355.631,35</b>	<b>84,03%</b>	<b>25,68%</b>
<b>16) Custo Total VABF (4+15)</b>	<b>3.525.257.582,64</b>	<b>146,17%</b>	
<b>Valor Atual da Folha Futura</b>	<b>2.411.878.641,71</b>		

Tabela 13. Balanço Atuarial do Fundo Único Previdenciário:

Data-Base: 31/12/2018

Item	Valores (em R\$)	Valores (% da Folha)
<b>Custo Total (VABF)</b>	<b>3.525.257.582,64</b>	<b>146,17%</b>
<i>Compensação a Receber (-)</i>	<i>234.099.366,39</i>	<i>9,71%</i>
<i>Contribuição de Inativos (-)</i>	<i>66.449.380,29</i>	<i>2,76%</i>
<i>Contribuição de Ativos (-)</i>	<i>265.306.650,59</i>	<i>11,00%</i>
<i>Contribuição Ente (-)</i>	<i>482.375.728,34</i>	<i>20,00%</i>
<i>Ativo Financeiro (-)</i>	<i>86.753.912,25</i>	<i>3,60%</i>
<b>Déficit / Superávit Atuarial</b>	<b>2.390.272.544,78</b>	<b>99,10%</b>

Observação: Este déficit atuarial deverá ser parcelado em até 35 anos, conforme os artigos 18 e 19 da Portaria MPS 403/2008.



**CERTIFICADO DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA**

<b>Ente Federativo/UF</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Unidade Gestora</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Exercício</b>
Prefeitura Municipal de Anápolis /GO	01.067.479/0001-46	ISSA - Instituto de Seguridade Social Dos Servidores Municipais de Anápolis	05.469.074/0001-95	29/01/2019
<b>Nº da NTA - Plano Previdenciário</b>	2018.000088.1	<b>Retificação</b>	<b>Data de Elaboração</b>	<b>Avaliação Atuarial Anual</b>
<b>Nº da NTA - Plano Financeiro</b>	2018.000088.2	<b>Avaliação Atuarial Inicial</b>	<b>Data de Elaboração da Avaliação</b>	<b>31/12/2018</b>
				<b>25/01/2019</b>

**QUADRO RESUMO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NO DRAA**

Descrição		Quantidade			Valor da Folha Mensal
		Masculino	Feminino	Total	
Estatísticas da População Coberta	Servidores	1981	4483	6464	R\$ 20.437.250,60
	Servidores Iminentes	203	483	686	R\$ 3.264.486,41
	Aposentados	699	1573	2272	R\$ 9.786.570,24
	Pensionistas	124	472	596	R\$ 1.339.938,08
	Militares	0	0	0	R\$ 0,00
	Outros	0	0	0	R\$ 0,00
Valores dos Compromissos Geração Atual	Plano Previdenciário - Civil				Plano Financeiro - Civil
	ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	R\$ 85.319.556,00			R\$ 1.434.356,25
	PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 83.375.718,46			R\$ 2.636.530.665,89
	PROVISÃO MATEMÁTICA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER :	-R\$ 36.240.879,55			R\$ 4.513.268.096,16
	RESULTADO ATUARIAL	R\$ 38.184.717,09			-R\$ 7.148.364.405,80
RESULTADO FINANCEIRO ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO		R\$ 15.379.433,45			-R\$ 94.718.032,82
Plano Previdenciário Civil Custo Normal	Custo Anual Previsto				% Sobre a Base de Contribuição
	Benefícios Avaliados em Regime de Capitalização	R\$ 14.860.914,83			19,67
	Benefícios Avaliados em Repartição de Capitais de Cobertura	R\$ 0,00			0,00
	Benefícios Avaliados em Regime de Repartição de Simples	R\$ 0,00			0,00
	Total	R\$ 14.860.914,83			19,67

Certifico que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas às características da massa de segurados e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS foram definidas conjuntamente com os representantes legais do ente e da unidade gestora do RPPS, e que as informações constantes das Bases Cadastral, Técnica e em Resultados do DRAA correspondem àquelas do Relatório da Avaliação Atuarial com o objetivo de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do pagamento dos benefícios previstos para o RPPS.

<b>Atuário Responsável Técnico</b>	Luiz Cláudio Kogut	<b>Ass.:</b>
<b>Representante Legal do Ente</b>	Roberto Naves Siqueira	<b>Ass.:</b>
<b>Representante Legal da Unidade Gestora</b>	Rodolfo Valentini Costa Cavalcanti	<b>Ass.:</b>
Certifico que o Relatório da Avaliação Atuarial a que se refere o presente DRAA foi apresentado ao Colegiado Deliberativo do RPPS, para ciência e apreciação de seus resultados.		
<b>Representante do Colegiado Deliberativo do RPPS</b>	Rosa de Fátima Almeida de Oliveira	<b>Ass.:</b>

Imprimir

**Câmara Municipal de Anápolis - GO de Anápolis - GO**  
**Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**

**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**

Documento: **Pe707618c4b6cfbfaabb432291663df8K8145**

Tip  
Pro  
Con

to - prefeito

Data  
12/0  
14:4

**LC Nº 006/2019 - DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE ÁREAS  
AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletr  
meio do sistema SAPL para esta proposição.

  
Prefeito - prefeito







CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Vereador Wederson Lopes

EM 14 / 02 / 19

Tsouza

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.I.)

q

EM BRANCO

EM BRANCO



**DESPACHO**

O Presidente da Câmara Municipal de Anápolis nos termos do Art. 50 do Regimento Interno:

**CONSIDERANDO**, que o Projeto de Lei Complementar nº 025, "Dispõe sobre doação de áreas públicas ao Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e dá outras providências", deve ser apreciado com urgência, pois está em risco e ameaça a pontualidade na folha de pagamento dos servidores e beneficiários, o que prejudica os investimentos necessários ao bem-estar da população, considerando que esta é a última semana dos trabalhos legislativos deste mês, e ainda vésperas de feriados nacional;

**CONSIDERANDO**, as necessidades de análise de forma conjunta, das comissões permanentes desta Casa de Leis, pela relevância da matéria,

**RESOLVE**,

que as Comissões Permanentes reunirão conjuntamente para deliberarem sobre a matéria em epígrafe, no dia 18/02/2019, às 15.00 horas, no Salão da Presidência desta Casa de Leis, cabendo ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação indicar o Relator do parecer conjunto.

Cumpra-se.

Gabinete do Presidente, 18 de fevereiro de 2019.

  
Leandro Ribeiro

Presidente





CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS

Fis. 19

COMISSÃO CONJUNTA

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

*Vr. Wederson Lopes*

EM 18 / 02 / 19

*Thais Souza*

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.L.)

PARECER EM ANEXO



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 25/19.

Interessado: Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Origem: Diretoria Legislativa.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR. DOAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS. OBEDIÊNCIA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE.

## 1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Prefeito que dispõe acerca da doação de áreas públicas ao Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e dá outras providências.

Segundo a justificativa, a propositura é necessária pois “a grave crise financeira suportada pelo Município de Anápolis, assim como nos demais municípios e estados, tem dificultado o tempestivo cumprimento das obrigações previdenciárias do Regime Próprio local, ameaçando a pontualidade da folha de pagamento dos servidores e beneficiários, bem como prejudicando os investimentos necessários ao bem-estar da população”.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 – DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE MATERIAL DO PROJETO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 22, inciso XXVII, estabelece que compete à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III.

Por sua vez, a Lei 8.666/93, que regulamenta este mandamento constitucional, estabelece, em seu art. 17, que a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e, quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.





Em termos sintéticos, a alienação de bens imóveis dos Municípios deve atender aos seguintes requisitos: 1º (primeiro), interesse público devidamente justificado; 2º (segundo), avaliação prévia dos bens a serem alienados; 3º (terceiro), autorização legislativa; e 4º (quarto), efetivação da licitação.

Todavia, em se tratando de doação para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, conforme a alínea "a" do inciso I do mesmo art. 17 supracitado, a licitação na modalidade concorrência é dispensada. Lembrando que os outros requisitos continuam devendo ser cumpridos.

Ademais, o art. 40, *caput*, da Constituição Federal, determina que os entes federados devem adotar políticas públicas hábeis ao equacionamento do déficit atuarial, pois devem ser preservados o equilíbrio financeiro e atuarial, como a que está sendo feita por meio deste Projeto de Lei Complementar.

Tendo em vista o exposto, no que tange ao aspecto material, a proposta é constitucional e legal, afinal ela observa estes e todos os outros preceitos e princípios da Constituição Federal de 1988 e do restante do ordenamento jurídico pátrio. Sendo assim, passemos à análise de a quem compete legislar sobre o assunto.

## **2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR ACERCA DO TEMA**

Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, "a repartição constitucional de competências é a técnica utilizada para distribuir entre as pessoas políticas de um Estado do tipo federativo as diferentes atividades de que ele é incumbido" (Direito Administrativo Descomplicado, 25. ed., 2017, p. 832). Isso, é claro, com o intuito de gerar um certo grau de equilíbrio entre as diferentes entidades que compõem a República brasileira.

Em nosso país, a Lei Maior fixou atribuições à União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios. Buscando a forma como a matéria discutida é tratada no texto constitucional, percebemos que ela não consta no rol de competência privativa federal (art. 22 da Carta Magna) e não há norma alguma dispondo que se trata de competência privativa estadual.

Pelo contrário, o art. 30, I, da nossa Lei Maior, preceitua que os Municípios podem legislar sobre assuntos de interesse local, e é justamente isso o que a presente proposição faz. Além disso, a Lei Orgânica do Município de Anápolis, em seu art. 11, XI, preceitua que cabe privativamente ao Município dispor sobre a administração, utilização e alienação dos bens públicos.



Destarte, no Projeto inexistente a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, que é aquela que incide quando um ente federativo não observa a competência de outro ente para criar normas acerca de um tema. Então, segue-se ao estudo do disposto no ordenamento jurídico municipal.

### 2.3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O art. 20, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Anápolis estabelece que cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente autorizar a alienação de bens imóveis.

A forma escolhida, qual seja, proposição de Lei Complementar, é correta, pois, em que pese não haver necessidade de mudança na Lei Orgânica do Município (art. 48) e não haver delegação legislativa (art. 51), o inciso X do § único do art. 49 desse Diploma Legal preceitua que a alienação de bens imóveis deve ser regulada por meio de Lei Complementar.

Além disso, o parágrafo único do art. 48 da Lei Orgânica de Anápolis estabelece que são leis complementares as concernentes aos fundos municipais, matéria do presente Projeto de Lei Complementar (inciso XV).

O Regimento Interno desta Casa explica que a iniciativa das propostas de Leis Complementares cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Lei Orgânica do Município e serão apreciados em 2 (dois) turnos de votação (art. 97).

### 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observadas as disposições da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores e das demais normas do nosso ordenamento jurídico, opina-se **FAVORAVELMENTE, DESDE QUE NA FORMA DAS EMENDAS APRESENTADAS**, à regular tramitação da proposição de Lei Complementar aqui discutida.

É o parecer.

Wederson Lopes

Relator

Anápolis, 19 de fevereiro de 2019.





O Vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao PROJETO DE LEI Nº 025/2019.

### EMENDA ADITIVA.

Acrescenta o Art. 11 no PLC 025/2019.

Art. 11 Os recursos existentes no Fundo Previdenciário que passarão a integrar o PREVIAN – Fundo Municipal de Previdência Social de Anápolis somente poderão ser utilizados para complementar o pagamento de despesas (folhas e encargos) com inativos e pensionistas, desde que a arrecadação dos valores das contribuições dos servidores e patronais não seja suficiente para o custeio da folha e demais despesas previstas na legislação vigente.

JUSTIFICATIVA: Em reunião preliminar nesta Casa de Leis pelos eminentes técnicos do ISSA e uma intensa participação dos nobres pares, ficou evidenciado que a utilização dos recursos deverá ser disciplinado, resguardando a todos os munícipes, bem como os servidores e principalmente a administração pública municipal.

Anápolis, GO, 19 de fevereiro de 2019.

Jean Carlos Ribeiro

Vereador – PTB



000002

O Vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao PROJETO DE LEI Nº 025/2019.

**EMENDA ADITIVA.**

**Acrescenta o art.12 no PLC nº 025/2019.**

Art. 12. O ISSA deverá encaminhar mensalmente até o dia 10 de cada mês à Comissão do Servidor Público e do Trabalho e Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia do Poder Legislativo Municipal os dados e balancetes dos valores da folha com os inativos e pensionistas, e, os valores individualizados das contribuições dos servidores e patronais, e o valor eventualmente utilizados dos recursos existentes no fundo para complementar a folha e respectivo saldo do fundo.

JUSTIFICATIVA: Como esta Casa de Leis exerce o custos legis municipal, entendemos que a presente emenda aditiva, corrobora para a eficácia da aplicação da norma e segurança jurídica para todos que participam desse fundo com os olhares atentos de todo o segurado bem como a garantia aos munícipes.

Anápolis, GO, 19 de fevereiro de 2019.

Jean Carlos Ribeiro

Vereador - PTB





000003

O Vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao PROJETO DE LEI Nº 025/2019.

### EMENDA MODIFICATIVA.

Altera a redação do art. 7º do Parágrafo Único do PLC 025/2019

Art. 7º Os bens imóveis doados terão como finalidade gerar recursos ao PREVIAN, ficando desde já assegurado ao ISSA, independentemente de nova autorização legislativa, o direito de utilizar a área para a exploração, gestão e monetização de ativos necessários à capitalização do Fundo a que se destina, seja em execução direta ou indireta, inclusive mediante Parceria Público-Privada, observados os procedimentos licitatórios pertinentes e mediante prévia aprovação pelo Conselho Previdenciário, COMAP, Conselho Fiscal e AFAPEMA.

Parágrafo Único – No caso de eventual alienação será necessário autorização legislativa específica.

JUSTIFICATIVA: Após a exposição dos nobres técnicos do ISSA entendemos que se faz necessário o resguardo do patrimônio público municipal, principalmente por estarmos prestes a reformas previdenciárias em nosso País e os objetivos da presente matéria são relevantes, mas precisamos resguardar a administração bem como a população e servidores públicos.

Anápolis, GO, 19 de fevereiro de 2019.

Jean Carlos Ribeiro



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

Fls. 26

### VOTAÇÃO DO DIA:

(☒) PRIMEIRA VOTAÇÃO

( ) PRIMEIRA E ÚNICA VOTAÇÃO

( ) ÚNICA VOTAÇÃO

( ) SEGUNDA VOTAÇÃO (À SANÇÃO)

( ) VOTAÇÃO DO PARECER \_\_\_\_\_

( ) EMENDA Nº \_\_\_\_\_

### TIPO DE VOTAÇÃO:

( ) NOMINAL

(☒) SÍMBOLICA

### TIPO DE DELIBERAÇÃO:

( ) MAIORIA SIMPLES (VOTO DA MAIORIA DOS PRESENTES)

(☒) MAIORIA ABSOLUTA (VOTO DE 12 VEREADORES)

( ) 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA (VOTO DE 16 VEREADORES)

### VOTAÇÃO DA MATÉRIA:

( **F** ) FAVORÁVEL A MATÉRIA ( **C** ) CONTRA A MATÉRIA

( **A** ) ABSTENÇÃO ( **X** ) AUSENTE NA VOTAÇÃO ( **P** ) PRESIDENTE

[☒] ALFREDO LANDIM

[☒] JOÃO FEITOSA

[☒] MAURO SEVERIANO

[☒] AMÉRICO FERREIRA

[☒] FERNANDO PAIVA

[☒] PAULO DE LIMA

[☒] DEUSMAR JAPÃO

[☒] LEANDRO RIBEIRO

[☒] PEDRO MARIANO

[☒] DOMINGOS PAULA DE SOUZA

[☒] LÉLIO ALVARENGA

[☒] TELES JÚNIOR

[☒] PR. ELIAS FERREIRA

[☒] LISIEUX JOSÉ BORGES

[☒] THAÍS GOMES

[☒] ELINNER ROSA

[☒] LUIZ LACERDA

[☒] VALDETE FERNANDES

[☒] JEAN CARLOS

[☒] LUZIMAR SILVA

[☒] WEDERSON LOPES

[☒] JOÃO DA LUZ

[☒] PROFESSORA GELI

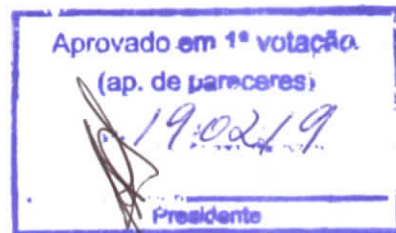
### PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO:

FAVORÁVEIS: 19

CONTRÁRIOS: —

ABSTENÇÕES: —

TOTAL DE VOTANTES: 19







**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

Fls. 27

**VOTAÇÃO DO DIA:**

- ( ) PRIMEIRA VOTAÇÃO  
( ) ÚNICA VOTAÇÃO  
( ) VOTAÇÃO DO PARECER \_\_\_\_\_
- ( ) PRIMEIRA E ÚNICA VOTAÇÃO  
( ) SEGUNDA VOTAÇÃO (À SANÇÃO)  
(X) EMENDA Nº 01, 02, 03

**TIPO DE VOTAÇÃO:**

- ( ) NOMINAL  
(X) SÍMBOLICA

**TIPO DE DELIBERAÇÃO:**

- (X) MAIORIA SIMPLES (VOTO DA MAIORIA DOS PRESENTES)  
( ) MAIORIA ABSOLUTA (VOTO DE 12 VEREADORES)  
( ) 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA (VOTO DE 16 VEREADORES)

**VOTAÇÃO DA MATÉRIA:**

- ( F ) FAVORÁVEL A MATÉRIA ( C ) CONTRA A MATÉRIA  
( A ) ABSTENÇÃO ( X ) AUSENTE NA VOTAÇÃO ( P ) PRESIDENTE

[F] ALFREDO LANDIM	[X] JOÃO FEITOSA	[F] MAURO SEVERIANO
[F] AMÉRICO FERREIRA	[F] FERNANDO PAIVA	[F] PAULO DE LIMA
[F] DEUSMAR JAPÃO	[F] LEANDRO RIBEIRO	[F] PEDRO MARIANO
[X] DOMINGOS PAULA DE SOUZA	[F] LÉLIO ALVARENGA	[F] TELES JÚNIOR
[F] PR. ELIAS FERREIRA	[F] LISIEUX JOSÉ BORGES	[F] THAÍS GOMES
[F] ELINNER ROSA	[F] LUIZ LACERDA	[F] VALDETE FERNANDES
[F] JEAN CARLOS	[F] LUZIMAR SILVA	[F] WEDERSON LOPES
[F] JOÃO DA LUZ	[F] PROFESSORA GELI	

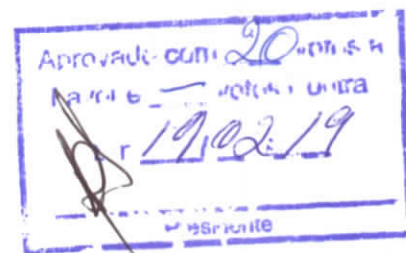
**PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO:**

FAVORÁVEIS: 20

CONTRÁRIOS: —

ABSTENÇÕES: —

TOTAL DE VOTANTES: 20





**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

### VOTAÇÃO DO DIA:

- ( ) PRIMEIRA VOTAÇÃO ( ) PRIMEIRA E ÚNICA VOTAÇÃO  
( ) ÚNICA VOTAÇÃO (X) SEGUNDA VOTAÇÃO (À SANÇÃO)  
( ) VOTAÇÃO DO PARECER \_\_\_\_\_ ( ) EMENDA Nº \_\_\_\_\_

### TIPO DE VOTAÇÃO:

- ( ) NOMINAL (X) SÍMBOLICA

### TIPO DE DELIBERAÇÃO:

- ( ) MAIORIA SIMPLES (VOTO DA MAIORIA DOS PRESENTES)  
(X) MAIORIA ABSOLUTA (VOTO DE 12 VEREADORES)  
( ) 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA (VOTO DE 16 VEREADORES)

### VOTAÇÃO DA MATÉRIA:

- ( F ) FAVORÁVEL A MATÉRIA ( C ) CONTRA A MATÉRIA  
( A ) ABSTENÇÃO ( X ) AUSENTE NA VOTAÇÃO ( P ) PRESIDENTE

[F] ALFREDO LANDIM  
[F] AMÉRICO FERREIRA  
[F] DEUSMAR JAPÃO  
[X] DOMINGOS PAULA DE SOUZA  
[F] PR. ELIAS FERREIRA  
[F] ELINNER ROSA  
[F] JEAN CARLOS  
[F] JOÃO DA LUZ

[F] JOÃO FEITOSA  
[F] FERNANDO PAIVA  
[P] LEANDRO RIBEIRO  
[F] LÉLIO ALVARENGA  
[F] LISIEUX JOSÉ BORGES  
[F] LUIZ LACERDA  
[F] LUZIMAR SILVA  
[F] PROFESSORA GELI

[F] MAURO SEVERIANO  
[F] PAULO DE LIMA  
[F] PEDRO MARIANO  
[X] TELES JÚNIOR  
[F] THAÍS GOMES  
[X] VALDETE FERNANDES  
[F] WEDERSON LOPES

### PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO:

FAVORÁVEIS: 19

CONTRÁRIOS: —

ABSTENÇÕES: —

TOTAL DE VOTANTES: 19

